

Fonte material, fonte textual e a noção de documento

1 Introdução

Uma das questões fundamentais da atual pesquisa histórica é a ampliação da noção de documento, o que nos permite pensar tanto nos diálogos entre algumas concepções mais tradicionais de documento histórico e as novas propostas, como nas variadas abordagens metodológicas que começam a aparecer no horizonte da pesquisa histórica, uma reflexão em que podem ser considerados os novos tipos de fontes, que merecem uma reflexão metodológica específica, e a própria articulação entre fontes de natureza diversa (por exemplo, como "cruzar" fonte material e escrita? Quais as estratégias metodológicas?).

Nesse novo cenário de fontes disponíveis, uma tarefa essencial é pensar conceitualmente as especificidades de cada tipo de fonte; o que facilitaria uma compreensão complexa e articulada desse conjunto de fontes, sem promover a sobreposição de pressupostos próprios de certos domínios para outros. Aqui, abordaremos, mais detidamente, dois tipos específicos de fonte: a escrita e a material. Considerando que, na disciplina histórica, consolidou-se um forte interesse por setores específicos de textos escritos, é importante notar que, em muitos casos, os métodos relacionados a certos tipos de textos foram constantemente projetados para outros tipos de fontes, como a material.

Assim, metaforicamente falando, a imagem é comumente apresentada como um tipo de texto, formulação que propõe pensar no alcance exato dessa metáfora. Se a expressão material é um tipo de texto, os métodos relacionados à análise textual são pertinentes para a análise de objetos materiais? Considerando que muitos textos aos quais temos acesso – como aqueles produzidos na Antiguidade Clássica – passaram por um processo de transmissão complexo, e que as condições de produção textual original são desconhecidas e amplamente hipotéticas, cabe aplicar, para analisá-los, o mesmo tipo de reflexão referente a objetos sobre os quais existem informações materiais mais consistentes? Um caso hipotético dessa segunda perspectiva seria, por exemplo, um vaso de cerâmica que foi preservado por milhares de anos, alcançando os nossos dias em

condições físicas próximas daquelas da época de sua produção.

Todas essas questões são bastante complexas e mereceriam, sem dúvida, atenção específica. Neste texto, será tratado um elemento detido desse debate, ligado à própria classificação acadêmica, em campos como a Arqueologia e a História, de vestígios variados do passado. Trata-se, dessa forma, de entender como a própria noção de documento/documento histórico/documento arqueológico é difusa e ainda merece atenção.

Ou seja, o documento escrito, caracteristicamente "voluntário", é naturalmente fonte histórica? Da mesma forma, a fonte material é naturalmente arqueológica? Pode-se pensar em campos interativos considerando abordagens disciplinares específicas? Para o encaminhamento dessas questões, um elemento fundamental é entender como a bibliografia vem pensando o estatuto das fontes e quais delas são caracterizadas, mais consistentemente como documentos; debate que será apresentado na sequência.

Assim, será observada uma questão cujo tratamento é pouco rígido na bibliografia em geral. Trata-se do significado do termo documento e outros relacionados no campo da pesquisa arqueológica e histórica. Um esforço que se justifica, dada a grande heterogeneidade incidente sobre ela, parecendo proveitoso apresentar uma breve explanação da situação, sobretudo no tocante às fontes materiais, já que estas vêm sendo, cada vez mais, alvo do interesse da pesquisa histórica.

Neste texto, será examinada, principalmente, a lógica semântica e as propostas subjacentes a ela. Acredita-se que o debate do significado dos termos é, também, um debate histórico e não apenas linguístico; já que, além das perceptíveis posições de caráter político, ideológico, cultural etc., o discurso guarda as próprias limitações discursivas frente à caracterização do passado e à simbolização dos vestígios em tempos atuais (por exemplo, caracterizá-los como documentos).

2 História, Arqueologia e a noção de documento

No tocante à caracterização dos documentos, encontra-se desde definições que os conceituam "tradicionalmente como um texto escrito à disposição do historiador"¹, até algumas mais abstratas, como a de Leroi-Gourhan, que aplica esse termo à discussão pré-histórica, chegando mesmo a falar em "documento pré-histórico (...), documento efêmero, amálgama de poeira, pedras, restos de ossos, cujo valor fundamental reside apenas nas relações mútuas dos elementos que o compõe". Documento que, quando é "lido", é "inexoravelmente destruído"².

Interessante observar que, mesmo quando o texto escrito não se apresenta como fonte, metaforicamente, ele orienta a própria descrição de contextos muito antigos, nos quais as camadas pré-históricas são vistas como "páginas do livro da terra", e as escavações, a decifração do "manuscrito pré-histórico" (*Idem*, p. 18).³ Uma utilização do termo documento que ultrapassa, na prática, os limites da escrita como parâmetro, sobretudo quando

1 Pedro Paulo Abreu Funari. *Antigüidade clássica. A história e a cultura a partir dos documentos*. 2ª ed., Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.14.

2 André Leroi-Gourhan. "Os caminhos da História antes da escrita". In: Jacques Le Goff. *História: novos problemas*. Trad.: Theo Santiago, 4ª ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995, p. 92.

3 Para uma visão crítica a essa proposta, ver Phillipe Bruneau. "Fontes textuais e vestígios materiais: reflexões sobre a interpretação arqueológica". In: *Mélanges G. Daux*. Texto datilografado, tradução de Flávia Faleiros. Paris, 1974. Suppl. BCH, pp. 4-42.

(...) não temos nenhum repertório escrito, e bem poucas noções sobre o lugar dos diferentes lotes de documentos no tempo, sobre o número de anos, séculos ou milênios que os separam. (...) ignoramos os nomes desses povos, de seus chefes, de seus deuses. Nada nos chegou de sua língua, de suas ideias, de sua música⁴.

É entre esses dois polos que se deve caminhar, para compreender a variedade das propostas do que seja documento, quando o tema de reflexão são as fontes escritas e materiais. E, não se pode esquecer que tal debate acontece em torno de duas disciplinas que, eventualmente, lançam mão das mesmas fontes: a Arqueologia e a História.

Um dos autores que discutiu, consistentemente, a relação entre esses tipos de fontes, no contexto dessas disciplinas, foi Moses I. Finley, que apresenta uma caracterização bastante delimitada do conceito de documento, considerando o conjunto variado de fontes com o qual trabalha. Ele se refere a "documento" como algo diverso "das fontes arqueológicas", das quais exclui "papiros, inscrições, rolos de couros", que considera, estes sim, documentos.⁵ Uma posição apresentada no artigo *Arqueologia e História*, no qual, ao discutir os limites das fontes e relações entre Arqueologia e História, Finley aponta o que acredita ser documentação propriamente dita, e o que não é; em certos casos, inclusive, hierarquizando-as:

Por exemplo, sabemos, através da preservação casual dos relatos na pedra, que o mais delicado entalhe feito em pedra no templo em Atenas, conhecido como *Erecteion*, foi criado no fim do século V a.C. por homens livres e escravos trabalhando lado a lado. Nada no material que chegou até nós (o próprio entalhe) poderia nos ter dito isso. Por outro lado, os relatos de que dispomos sobre o templo de Apolo em Epidauro, construído trinta ou quarenta anos depois, são de uma natureza tal que a força de trabalho não está especificada. Como imagina Binford ser possível descobrir se foram ou não empregados escravos, de alto grau de habilidade, nesse templo?⁶

A distinção marcada que ele faz, entre documento e fonte material, acaba por diminuir as possibilidades interpretativas a partir do objeto material, já que, como fica claro, na citação acima, Finley perguntava à fonte material algo que ela não poderia ajudar a responder (não seria o caso de adaptar as questões em vez de, simplesmente, indicar a inaptidão das fontes?). E mais, restringir essa explicação à História da Arte ou da Técnica, como o autor sugere⁷, parece restringir o próprio papel dessas criações, no contexto em que foram produzidas. Finley volta a discutir os problemas das fontes históricas e arqueológicas em *História antiga, testemunhos e modelos*; e, mesmo no âmbito do texto escrito, ele faz distinções entre documento e fontes literárias, evocando Momigliano⁸.

É possível observar, a partir das propostas de Finley, a utilização do termo documento de forma

4 André Leroi-Gourhan. *Les chasseurs de la préhistoire*. Paris: Ed. A.-M. Métalié, 1983, p. 28.

5 Moses I. Finley. *Uso e abuso da História*. Trad.: Marylene P. Michael, São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 90 (Publicado originalmente em 1971).

6 *Idem*, p. 93

7 *Idem*, p. 17.

8 Moses I. Finley. *História antiga: testemunhos e modelos*. Trad.: Valter Lellis Siqueira, São Paulo: Martins Fontes, 1994, pp. 12 e 43 (Publicado originalmente em 1985).

não tão específica, e com certas variações. Em uma primeira proposta (1971), a rigidez é menor que na segunda (1985), na qual o termo torna-se mais delimitado; parecendo algo que não seja fonte material e nem mesmo texto literário. É algo mais próximo do que se conhece como “documento voluntário”, ou seja, um texto produzido para registrar algo, geralmente de caráter oficial.⁹ É nesse grupo de testemunhos restritos que Finley acredita com afinco:

Essa é a triste consequência de nossa escassez de fontes históricas primárias. A menos que tenha sido captado por um relato histórico mais ou menos contemporâneo, a narrativa fica perdida para sempre, independente de quantas inscrições e papiros possam ser descobertos. Basta lembrar a História de Atenas e do Império Ateniense durante os quase cinquenta anos que se estendem entre as guerras persas e do Peloponeso, um período rico em testemunhos epigráficos, mas sobre o qual Tucídides preferiu não escrever um relato sistemático. Não podemos sequer datar algumas das batalhas que Tucídides obviamente julgava importantes. (...) As exceções estão, por um lado, na História das idéias, especificamente na História da filosofia e das ciências, da retórica, da poesia e da historiografia, e, por outro lado, da História da arte e da tecnologia. Na primeira, a distinção entre fontes literárias e documentais perde a maior parte de seu significado; na segunda, as “fontes documentais” constituem os próprios objetos¹⁰.

Além da crença na absoluta importância das fontes históricas, os documentos escritos, e de uma “desgraça” com a falta delas; Finley apresenta uma nova visão sobre as fontes, que não considera documentação *stricto sensu*. No caso das fontes materiais, elas estariam legadas a uma História da Arte, tecnologia, sendo afastadas de uma narrativa histórica de caráter factual, própria da história política e econômica que ele tentava empreender. É emblemático que o autor usa aspas quando se refere a essa documentação, indicando que elas, apenas de forma restrita e com certo esforço epistemológico, podem ser assim chamadas; como ele próprio diz, em caráter de exceção.

Aqui, a visão opositiva à de Finley concentra-se, sobretudo, na questão da hierarquia das fontes e de sua articulação. Cabe lembrar que esse autor apresenta importantes críticas, no tocante a algumas interpretações arqueológicas ideologicamente orientadas, como no caso da “Deusa Mãe” (por Jackgetta Hawkes) ou o “Culto do Minotauro” (por Grahme Clark, em *Analytical Archaeology*)¹¹.

Vale, ainda, dizer que, apesar das especificidades da língua inglesa com relação ao termo documento, que é muito frequentemente ligado à formulação escrita, segundo as acepções apresentadas em dicionários, Finley extrapola essa limitação, tratando da adequação do termo, indicando a necessidade de discutir a sua natureza, mesmo que ele opte muito fortemente pela

9 “É comum se distinguirem pelo menos duas categorias de documento como suporte de informação: documento voluntário e involuntário. (...) ‘Documento voluntário’ seria o documento no seu sentido original, aquele que, no seu contexto primário, já teria por função própria ser suporte de informação. Seriam, então, objetos cuja função natural – que lhes dá existência – é registrar e conservar informação. (...) Ao inverso dos documentos voluntários, os ‘involuntários’ seriam aqueles que não tivessem como função primária registrar e conservar informação, mas que, apesar disso, poderiam convenientemente também fornecer certa informação”. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. **O objeto material como documento**. Texto datilografado, aula ministrada em curso sobre “Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas”. Condephaat, São Paulo, 1980, pp. 2-3.

10 Moses I. Finley. *História Antiga*, op. cit., p. 17.

11 Moses I. Finley. *Uso e abuso da História*, op. cit., pp. 91-92.

aproximação entre a ideia de documento e a formulação escrita do discurso. Uma perspectiva que está, em certa medida, conectada ao seu interesse em constituir narrativas factuais, de cunho essencialmente político, sobre a antiguidade clássica, para as quais as fontes materiais teriam pouco a oferecer.

3 A etimologia e a ampliação do conceito de documento

Etimologicamente, o termo documento remonta à ideia de "suporte físico de informação"¹², sem qualquer especificidade quanto à natureza escrita de sua formulação.¹³ Em se tratando da tarefa de rediscutir esse conceito e propor sua ampliação, frequentemente, a reflexão etimológica é trazida à tona. Por exemplo, Marie-Anne Chabin, ao discutir a noção de documento em face da tecnologia digital, busca, inicialmente, a compreensão etimológica do termo documento¹⁴. Nesse caminho, a pesquisadora acaba concluindo que a noção de documento é flexível, com os novos meios não apresentando abolição de tal conceito, mas as mudanças consolidam, mais profundamente, uma nova noção de suporte¹⁵. Outro ponto a ser lembrado é a caracterização, em linhas mais gerais, do termo documento na relação com o termo monumento, empreendida por Jacques Le Goff; que também tem como ponto de partida a etimologia dos dois termos¹⁶.

Entretanto, é preciso notar que, se há ampla abertura do conceito de documento por um lado, julgando por sua etimologia, há certa resistência, por outro, com sua ampliação relacionada a debates críticos apresentando, aos poucos, uma compreensão nova sobre o documento. É possível identificar, em determinadas propostas, uma clara abertura. Basta consultar, por exemplo, a obra *História: novos objetos*, organizada por Jacques Le Goff, para perceber essas novas possibilidades "documentais", em uma compreensão bem mais ampla que a do texto escrito oficial.

Entre as "novidades" apresentadas pela "Nova História", inserem-se a ampliação das fontes e, por consequência, a do termo documento, propondo discursos como o de Michel Vovelle, dizendo que o "escrito não é mais o único documento histórico"¹⁷. Essa foi a tendência de um movimento que continha, desde 1929, com a publicação do primeiro número da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, um grupo de historiadores que não se contentava com os limites impostos à categoria documento histórico. Uma situação que teve desenvolvimento lento e contínuo.¹⁸ Nesse sentido, dizia Marc Bloch:

Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as

12 Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. *O objeto material, op. cit.*, p. 1.

13 A palavra documento tem a mesma raiz latina do verbo *doceo*, que significa ensinar. Ensinar, sobretudo, não no sentido de formar, mas no sentido de transmitir informação, de comunicar informação já consolidada. *Documentum*, portanto, significa modelo, no sentido de que esta informação parte de paradigmas pré-fixados. É dessa noção que se desenvolveu a ideia de testemunho, de prova, a ideia de que o documento é um veículo de informação que eu obtenho. É corrente, entre os historiadores, conceituar documento como sendo todos aqueles traços que permanecem da atividade humana ou do pensamento humano. É nesse sentido, inclusive, que se considera o problema das fontes, para o conhecimento da História. (*Idem*, p. 2).

14 Marie-Anne Chabin. "Document trace et document source. La technologie numérique change-t-elle la notion de document?". *Information-Interaction-Intelligence*, 4-1 (2004), pp. 141-157 (aqui, p. 146).

15 *Idem*.

16 Jacques Le Goff. "Documento/ monumento". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997, vol. 1 ("Memória-História"), pp. 95-105.

17 Michel Vovelle. "A História e a longa duração". In: Jacques Le Goff (org.) *História nova*. 1ª ed., Trad.: E. Brandão, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1990, p. 78.

18 Febvre [1949], Bloch [1941-2] e Samaran [1961], por exemplo, conforme *Idem*, p. 98.

imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos¹⁹.

E precisa Samaran: "Há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra maneira"²⁰.

Essa nova visão sobre as fontes estava longe de se tornar hegemônica, e mesmo quando Le Goff fala de uma revolução na noção de documento, concentra-se na sua apreensão de monumento, ou seja, a consciência de que o documento disponível não é algo "puro", mas selecionado em um processo complexo. Ou seja, há inúmeras triagens, conscientes ou não, que permitem sua chegada até o pesquisador, e isso também deve ser levado em conta.

Apesar de usar termos como "documento arqueológico" e "documento iconográfico", e discutir muito brevemente o papel da Arqueologia na recomposição da História, no contexto do avanço do tratamento quantitativo das fontes, e mesmo da discussão sobre a seriação delas, essa importante reflexão não deixava de ser parte de um todo ainda resistente a certas ampliações. Um panorama claramente demonstrado nas proposições de M. I. Finley.

Também evidencia isso a grande sorte de reflexões, bastante recentes, sobre o estatuto documental de fontes "alternativas", como as fontes audiovisuais, e mesmo diversas categorias do texto escrito como cartas, diários e textos orais. E, nesse sentido, é digno de nota que, ainda atualmente, apresenta-se a necessidade de debater o estatuto documental de fontes chamadas alternativas (ou fontes que quase sempre foram rejeitadas ou subexploradas). Soma-se a isso a reunião de esforços para criar um aparato teórico-metodológico, levando em conta a especificidade de cada tipo de fonte. É emblemático que muitos textos publicados recentemente indicam a apresentação de pressupostos metodológicos básicos, iniciais, para vários tipos de fontes.²¹

4 As fontes materiais entre a Arqueologia e a História

Quanto às fontes materiais, sobretudo aquelas tradicionais, no campo da Arqueologia, o cenário de caracterização é variado, e o exame rápido de algumas obras indica isso. Por exemplo, em uma obra de síntese, *Arqueologia brasileira*, de André Prous, o autor utiliza o termo documento (e similares), sem maiores especificações, para tratar das fontes materiais, mesmo "pré-históricas"²². Há, ainda, a utilização aparentemente restritiva, por Charles E. Orser Jr., em *Introducción a la Arqueologia histórica*; quando, ao apresentar as várias fontes para a Arqueologia Histórica, indica o termo

19 Marc Bloch. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Apud Idem.

20 Charles Samaran. *L'histoire et ses méthodes*. Apud Idem.

21 Vale, nesse sentido, a indicação de alguns textos que tratam das fontes chamadas de alternativas, tais como fonte digital, material/arqueológica, imagem, jornais, diários, filme/cinema, fotografia entre outros: Marie-Anne Chabin, *op. cit.*; John Moreland. *Archaeology and text*. Avon: Duckworth, 2001; Emilio Luiz Lara López. "La fotografía como documento histórico-artístico y etnográfico: una epistemología". *Revista de Antropología Experimental*, Jaen, 5 (2005), texto 10; Bruno Delmas. "Donner à l'image et au son le statut de l'écrit: por une critique diplomatique des documents audiovisuels". *Bibliothèque de l'École des Chartes*, Paris, t. 161 (2003), pp. 553-601; Alison Jones. *The many uses of newspapers*. Richmond: University of Richmond, (Reports), 2005; José van Djick. "Composing the self: of diaries and lifelogs". *Ibreculture*, Australia, 3 (2004); Mariane Werner Zen. "Íntimo e pessoal: a agenda como um espaço de constituição de si". *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, jul. 2005; Patrick Vonderau. "Historiography and film: a dangerous liaison?" In: Patrick Vonderau (ed.). *Film as history/History as a film*. Berlin. (Working Papers "Gemeinsamer Gemeinschaften", 1), 1999; Rasmus Falbe-Hansen. "The filmmaker as historian". *P. O. V.: Danish Journal of film studies*, Aarhus, 16 (December 2003); Luciana Duranti. "Pour une diplomatique des documents électroniques". *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. 161 (2003), pp. 603-623; Joan M. Schwartz. "We make our tools and our tools make us: lessons from photographs for the practice, politics, and poetics of Diplomatics". *Archivaria*. Ottawa, 40 (1995), pp. 40-74.

22 André Prous. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1992.

documento como fonte escrita, propriamente histórica (junto aos mapas e história oral), ao contrário dos “artefatos, estruturas, contextos do sítios”, próprios do campo da Arqueologia²³.

Entretanto, nessa mesma obra, tal autor aumenta a abrangência do uso do termo documento, dizendo que a fotografia “documenta”²⁴. Ele, inclusive, especifica o termo documento com os complementos “escrito” e “histórico”²⁵. Esses são exemplos pontuais da dificuldade de caracterização da fonte material como documento, mas indicativos de uma prática bastante abrangente; entretanto, tal debate começa a aparecer na caracterização de algumas fontes específicas.

Pensando-se num tipo documental bastante recorrente na pesquisa arqueológica, os objetos de cerâmica, é possível observar seu paulatino enquadramento no campo do documento. Por exemplo, Haiganuch Sarian, no seu artigo *A cerâmica como documento arqueológico*, não trata conceitualmente do termo documento, mas de sua adequação ao campo da Arqueologia, definindo-o como instrumento a partir do qual se pode “chegar à reconstituição de uma certa maneira de pensar, de confeccionar, de criar e de se relacionar (...)”²⁶.

Hélène Balfet, em quem Sarian busca inspiração para seu título, em *La céramique comme document archéologique*, diz que esse título serve para indicar claramente “o que é, para nós, a ceramologia, uma disciplina auxiliar à Arqueologia, que tem por objetivo a exploração sistemática de todos os recursos ofertados pelos documentos cerâmicos, que não é exagerado dizer, são geralmente subexplorados”²⁷.

Outro tipo documental, as inscrições com suporte preservado – chamadas de “epigráficas” – cujo interesse é grande entre arqueólogos, historiadores e filólogos, também aparece no centro desse debate. Por exemplo, o arqueólogo Philippe Bruneau, no artigo “Fontes textuais e vestígios materiais: reflexões sobre a interpretação arqueológica”, discute a articulação entre fontes materiais e textuais (sobretudo as fontes epigráficas, caracterizadas como fonte textuais e materiais). Um tratamento que permite, inclusive, tratar de algumas especificidades da chamada “Arqueologia histórica”, no tocante à problemática do documento, e suas restrições epistemológicas. Bruneau diz:

o tratamento dos dados arqueológicos, com efeito, consiste essencialmente em uma convergência da linguagem: os vestígios materiais, objeto da Arqueologia, contêm informações virtuais, mas elas devem ser decifradas e traduzidas num enunciado verbal; elas só existem pela formulação. As fontes textuais, ao contrário, se situam por definição no nível da linguagem. Portanto, os vestígios materiais são heterogêneos em relação à formulação do arqueólogo, enquanto os textos são homogêneos em relação ao comentário do filólogo. (...) Esta etapa intermediária de enunciação verbal que intervém no tratamento dos dados arqueológicos para fazê-los existir como documentos, cria uma diferença entre eles e os textos: uns e outros não se situam no mesmo nível de abstração²⁸.

23 Charles. E. Orser Jr. *Introducción a la Arqueologia histórica*. Trad. Andrés Zarankin, Buenos Aires: Asociación Amigos del Instituto Nacional de Antropología, 2000, p. 46.

24 *Idem*, p. 45.

25 *Idem*, pp. 33 e 35.

26 Haiganuch Sarian, “A cerâmica como documento arqueológico”. *Revista de Pré-História*, 6 (1984) pp. 196-204 (aqui p. 196).

27 Hélène Balfet. “La céramique comme document archéologique”. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 63 (1966), p. 279.

28 Philippe Bruneau, “Fontes textuais e vestígios materiais: reflexões sobre a interpretação arqueológica”, In: *Melanges G. Daux*. Texto datilografado, tradução de Flávia Faleiros. Paris, 1974. Suppl. BCH, p. 2.

Para Bruneau, não há grandes impedimentos na caracterização da fonte material como documento; entretanto ela não é, em si, documento (no máximo é fonte), o que a distingue da fonte textual, que é documento, pela formulação verbal que tem. Dessa forma, a potencialidade linguística da fonte material não está no nível de linguagem do pesquisador acadêmico, que tem o texto escrito como mediador, devendo adaptá-la às suas necessidades. Eis, então, a fonte material caracterizada como documento!

Ou seja, segundo o autor, há um caminho de transformação a se trilhar para que a fonte material seja caracterizada como documento. Em outras palavras, ela não é "naturalmente" documento. Mas nem sempre a inclusão da fonte material, no campo do documento, é compreendida neste processo de "transformação".

Não é necessariamente a transição de um tipo de linguagem para outro que caracteriza a fonte material como documento, atualmente, mas o reconhecimento de certa amplitude do termo "documento". Os debates recentes indicam certa apropriação dele, na pesquisa histórica, e as especificidades de cada linguagem apresentada no suporte de informação.

Por exemplo, a aproximação conceitual entre as fontes materiais e o campo do documento foi proposta pelas autoras Pauline Schmitt-Pantel e Françoise Thelamon, em "Image et histoire. Illustration ou document", a partir da utilização, pelas autoras, dos termos documento literário, documento escrito e documento textual, reconhecendo variados tipos documentais²⁹. Tendo em vista a ampliação de sentido do termo documento, as autoras também citam o documento iconográfico (*Idem*), ao se referirem às imagens figurativas sobre os vasos atenienses antigos, criticando o uso tradicional e restritivo do termo documento: "O mais frequente discurso do historiador é construído inicialmente a partir de fontes escritas às quais ele dá prioridade, como se apenas a elas seja reconhecido o estatuto de documento"³⁰.

Para Schmitt-Pantel e Thelamon, às fontes materiais, no caso as figuras dos vasos figurados atenienses, deve ser atribuído o estatuto de documento. Uma proposta que permite utilizá-las, não apenas como ilustração. Pensando tal situação, de forma precisa, as autoras criticam o uso "fotográfico", seu uso pontual (sem levar em conta a coesão interna das cenas, ou sua inserção em séries), e o uso indireto (notas obtidas apenas com base em estudos de especialistas). Sobre o termo documento, na proposta das autoras, se se rompem as amarras do registro escrito, mantém-se o domínio histórico como referência (é nesse campo que as autoras pensam): "imagens como documentos para a História"³¹.

Nesse sentido, ao reformularem a própria noção de fonte material como documento histórico, enfrentam uma forte tradição, que pode ser claramente observada em propostas com a de N.-D. Fustel de Coulanges, afirmando que "o melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos". De fato, seguindo a tendência geral do século XIX, ele falava em manter-se fiel, o máximo possível, ao que o texto diz, mas sua caracterização de documento indica, igualmente, a proximidade que tal autor considerava salutar ao historiador. Seriam categorias de documento as "leis, cartas,

29 Pauline Schmitt-Pantel e Françoise Thelamon, "Image et histoire. Illustration ou document". In: François Lissarrague e Françoise Thelamon (ed.). *Image et céramique grecque*. Actes du Colloque de Rouen (25-26 de novembro de 1982). Rouen : Publications de l'Université de Rouen, 1983 n. 96, pp. 9-20 (aqui pp. 10,12 e 14)

30 *Idem* p.10.

31 *Idem* p. 14.

fórmulas, crônicas e histórias". Fustel de Coulanges observa, ainda, que o historiador não deveria esquecer nunca que "a História se faz com textos"³².

5 Considerações finais

Na discussão acima apresentada, nota-se que o termo documento, em sua etimologia, remete a uma ideia ampla de suporte/fonte de informação, o que permite incluir as fontes materiais nessa categoria. Entretanto, a situação é bem mais complicada que isso. A apropriação de termo, no debate da História e da Arqueologia, proporcionou uma série de formulações conceituais específicas, destoando, em várias situações, da formulação original do termo.

Assim, no contexto da disciplina histórica, ele foi enquadrado em uma forma predominante, a do texto escrito, sobretudo o de caráter voluntário; o que foi mudando ao longo do tempo. Há, com isso, novas formas de compreender a noção de documento que, ao dialogar com uma abordagem tradicional, revelam certa tensão entre o "tradicional" (o documento voluntário escrito) e o "novo" (o documento histórico variado, muito além do texto escrito).

Ou seja, se, etimologicamente falando, poderíamos atribuir, à fonte material, a caracterização de documento/documento histórico, a partir de sua função claramente informativa, a uma prática que coibiu sistematicamente essa atribuição, merecendo atenção especial. Atualmente, uma definição que confira apenas ao texto escrito, caracteristicamente voluntário, o estatuto de documento parece insuficiente, sobretudo em se referindo a uma tradição da pesquisa histórica que o utilizou restritivamente.

Essa tradição criou um aparato teórico-metodológico em torno de si, e usar o termo documento de forma ampla, como parece viável, deve passar pela ampliação teórico-metodológica consequente, sem fixar-se, unicamente, na prática do exercício da pesquisa histórica que têm o texto escrito como fonte principal. O problema não está no termo em si, mas nas propostas subjacentes a ele; o que é amplamente perceptível, por meio da análise do discurso historiográfico, arqueológico e afins.

Pode-se, então, chamar de documentos as fontes materiais, sem que elas percam sua especificidade; porém, tomando os devidos cuidados. É importante não esquecer que se restringiu (e ainda se restringe) o uso desse tipo de fonte, na pesquisa histórica, e isso levou a limitar as suas possibilidades interpretativas, situação da qual se deve fugir.

³² *La monarchie franque*. Apud Jacques Le Goff, *op. cit.*, p. 96.